

Nota de imprensa

CDS quer uma Autonomia de resultados

O Presidente do CDS, Artur Lima, referiu, esta terça-feira, na sequência da declaração política do CDS sobre a reforma da Autonomia, que “40 anos depois da nossa Autonomia democrática”, apesar das melhorias verificadas, a Região continua sem conseguir “resolver e ultrapassar as mais profundas fragilidades do nosso desenvolvimento económico e social”.

Para Artur Lima, passados 40 anos de Autonomia, “o investimento público continua a ser o motor da nossa economia, a circulação de pessoas e bens melhorou, mas continua a ser altamente limitada, a iniciativa privada é frágil e fortemente dependente da subsídio pública, as estruturas produtivas regionais continuam cronicamente sem perspectivas de crescimento, a nossa educação continua na cauda dos índices nacionais, o nosso acesso à saúde continua longe de ser atempado e as nossas respostas sociais continuam a ser insuficientes para combater a exclusão”.

Artur Lima realçou que o CDS é favorável a uma Autonomia de resultados, uma vez que o que os Açorianos “querem e esperam da nossa Autonomia são soluções para o emprego de baixos salários, para o desemprego, para o flagelo do risco da pobreza, para a saúde, para a educação, para a emigração e para o despovoamento das ilhas mais pequenas”, bem como soluções para os nossos agricultores e pescadores que “trabalham ciclicamente condicionados por constrangimentos e crises sem que tenham perspectivas de crescimento”. Só assim, referiu o líder democrata-cristão, se promoverá um “efetivo modelo de desenvolvimento económico e social de todas as ilhas”.

O líder do CDS defendeu igualmente uma Autonomia de futuro, que “seja capaz de olhar o amanhã através da aposta nas nossas potencialidades estratégicas, de forma a projetar a competitividade e a empregabilidade”, assim como uma Autonomia com decisão, que “preserve e promova o nosso potencial económico na exploração do mar e dos nossos fundos oceânicos”.

Segundo Artur Lima, o CDS quer uma “coesão territorial alavancada em políticas de desconcentração administrativa que constituam um sinal claro de aposta no desenvolvimento sustentável da Região, como a eliminação da obrigatoriedade da localização tripartida das Secretarias Regionais e das Direções Regional pelas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial”.

O Presidente do CDS defendeu ainda uma Autonomia mais participativa, realçando que são necessárias “medidas que diminuam a abstenção eleitoral e que aprofundem a democracia representativa”, como por exemplo, no quadro do Parlamento Europeu, a “criação de um círculo eleitoral próprio para as Regiões Autónomas, de forma a possibilitar uma efetiva representação política regional”.

Horta, 12 de fevereiro de 2019

CDS | Comunicação

915322546